

As Cidades Gregas: Atenas e Esparta

ESPARTA – A PÓLIS OLIGÁRQUICA

A cidade de Esparta(ou Lacedemônia) era formada por cinco aldeias localizadas no vale do rio Eurotas, na região do Peloponeso. Surgiu por volta do século XI a.C., quando os dórios invadiram a região e dominaram a população aquéia, transformando-a em hilotas – escravos do Estado. Os dórios dividiram a terra dos vencidos entre si, cabendo um lote de terra a cada família dórica.

O aumento da população determinou a expansão de Esparta sobre os territórios vizinhos. No fim do século VIII a.C., os espartanos já haviam conquistado a Lacônia e a Messênia, ao sul do Peloponeso e reduzido também seus habitantes a condição de hilotas.

A sociedade espartana era formada de três classes sociais distintas. A classe dominante era a dos cidadãos, denominados esparciatas, de origem dórica, proprietários de lotes de terra – o Kleros – cultivados pelos hilotas e transmitidos hereditariamente. Os esparciatas dedicavam-se exclusivamente às tarefas públicas e militares.

A última classe era a dos hilotas – servos do Estado. Os hilotas eram descendentes da população nativa dominada: cultivavam o Kleros e realizavam todo tipo de trabalho, sustentando os esparciatas e suas famílias. Diferentemente dos escravos de Atenas, os hilotas não eram estrangeiros comprados no mercado.

A necessidade de manter as populações nativas submetidas transformou Esparta numa sociedade fortemente militarizada, exigindo dos cidadãos espartanos uma disciplina férrea, iniciada desde a infância. Foi em Esparta que o sistema hoplítico de combate, criado pelos gregos, mais se desenvolveu. Por esse sistema, os cidadãos soldados – os hoplitas – combatiam com suas lanças, a pé, em fileiras sucessivas, protegidos por seus escudos, dispensando o uso de cavalos.

A organização política de Esparta era oligárquica, regida por leis não escritas atribuídas ao lendário legislador Licurgo. Havia dois reis, hereditários, com funções religiosas e militares. O poder de fato era exercido pela Gerúsia ou Conselho de Anciãos, órgão composto por 28 cidadãos com mais de 60 anos, inclusive os reis. A esse órgão competia fazer as leis. Os Éforos ou vigilantes, em número de cinco, eram cidadãos eleitos

anualmente, com o poder de fiscalizar tudo e todos e de convocar a Assembléia dos cidadãos ou Apela. A Apela, formada pelos esparciatas maiores de 30 anos, elegia os gerontes e os éforos e votava, sem discutir, as propostas dos éforos ou da Gerúsia.

Esparta apresentava um sistema político inteiramente diferente do que Atenas desenvolvia: era uma cidade-estado fechada em si mesma, sob o controle oligárquico de talvez 8 ou 9 mil esparciatas proprietários de terra, com qualidades militares excepcionais. Isso era possível devido ao extenso trabalho dos hilotas, que retirava dos cidadãos qualquer encargo direto com a produção, permitindo-lhes o tempo necessário para o treinamento para a guerra.

ATENAS: OLIGARQUIA, TIRANIA E DEMOCRACIA ESCRAVISTA

A cidade-estado de Atenas está situada na península da Ática, ocupada pelos jônios desde o século X a.C.. No início do período arcaico (século VIII a.C.), sua população livre estava assim dividida: os eupátridas, de origem gentílica, grandes proprietários de terras trabalhadas por escravos; os georgói, pequenos proprietários de terras, trabalhadas por eles mesmos; os demiurgos, trabalhadores livres como artesãos, comerciantes, proprietários de pequenas oficinas, médicos, advinhos, professores. As duas últimas classes formavam o “demos”, o povo. Com o desenvolvimento da colonização e das trocas, um grande número de estrangeiros – os metecos – fixou-se em Atenas, dedicando-se principalmente ao comércio.

Nessa época, Atenas constituía uma oligarquia, governada pelos eupátridas, reunidos num conselho de nobre – o Areópado – que escolhia os Magistrados, denominados Arcontes. Os Arcontes, em número de nove, eram eleitos por um período de um ano. O principal era o Arconte-Epônimo, com funções administrativas; o Arconte-Basileu tinha funções religiosas; o Arconte-Polemarco exercia funções militares e os Tesmotetas, em número de seis, cuidavam da Justiça. Os camponeses (georgói), os artesãos (demiurgos), os estrangeiros (metecos) e os escravos não possuíam qualquer poder político.

Em Atenas, assim como nas demais cidades gregas, a base da vida econômica era a terra, que pertencia aos eupátridas e aos georgói, sendo o trabalho escravo muito utilizado, principalmente pelos primeiros. Nos séculos VIII e VII a.C., tornou-se comum a escravização de cidadãos atenienses, geralmente pequenos proprietários que não conseguiam produção suficiente para o sustento familiar e se endividavam em grãos e ferramentas junto às famílias ricas. Progressivamente, os eupátridas aumentavam suas propriedades, incorporando as terras dos devedores que não conseguiam saldar seus compromissos e transformando-os em escravos.

Essa situação trazia grande insatisfação, gerando lutas entre a aristocracia agrária e as classes populares, que se estenderam por todo o século VII a.C. e que resultaram em reformas no governo oligárquico de Atenas.

A NOBREZA E O POVO, DURANTE A ÉPOCA DA OLIGARQUIA, E AS REFORMAS DE SÓLON

“... aconteceu que os nobres e a multidão (povo) entraram em conflito por largo tempo. Com efeito, o regime político era oligárquico em tudo; e, em particular, os pobres, suas mulheres e seus filhos, eram escravos dos ricos. Chamavam-lhes “clientes” ou hectómores (sextanários): porque era com a condição de não guardar para si mais de um sexto da colheita que eles trabalhavam nos domínios dos ricos. Toda a terra estava num pequeno número de mãos; e se eles não pegavam a sua renda (de 5/6 da colheita), podiam ser tornados escravos, eles, suas mulheres e seus filhos; pois todos os empréstimos tinham as pessoas por caução, até Sólon, que foi o primeiro chefe do partido popular... O povo... não possuía nenhum direito... o povo revoltou-se então contra os nobres. Depois de violenta e demorada luta, os dois partidos concordaram em eleger Sólon como árbitro e arconte; confiaram-lhe o encargo de estabelecer uma constituição. ... Sólon libertou o povo... pela proibição de emprestar tomando as pessoas como caução... aboliu as dívidas tanto privadas como públicas...” (ARISTÓTELES, “A Constituição de Atenas.” In: FREITAS, G. de, op. Cit. p. 67.)

Coube a Sólon, eleito arconte em 594 a.C., redigir novas leis para Atenas. Determinou a libertação dos camponeses dos hipotecas e da escravidão por dívidas e proibiu empréstimos sujeitos à escravização do devedor e de sua família. Procurou estabelecer uma relação entre a fortuna do cidadão e seus direitos políticos, dividindo a população de Atenas em quatro classes, segundo o rendimento anual e individual: os pentakosiomedimnoi, os hippeis, os zeugitai e os tetes. Assim, privou a aristocracia do monopólio dos cargos públicos, pois às duas primeiras classes foi permitido o acesso às magistraturas mais altas; à terceira, o acesso às magistraturas mais baixas e à quarta e última, um voto na Assembléia Popular ou Eclésia, órgão de representação dos cidadãos. Sólon criou também o Conselho dos Quatrocentos – a Bulé – composto de cidadãos maiores de 30 anos, à razão de 100 por cada uma das quatro tribos jônicas tradicionais de Atenas.

As reformas de Sólon diziam respeito exclusivamente aos cidadãos nascidos em Atenas, excluindo os comerciantes estrangeiros (metecos), os demais escravos existentes e as mulheres. Além disso, não rompeu com o poder exercido pela aristocracia, visto que não houve uma melhor distribuição das terras. Por outro lado, a proibição da escravização de

atenienses intensificou a utilização do escravo-mercadoria obtido no comércio com os bárbaros, nas guerras entre as cidades ou através de pirataria.

A Tirania.

A persistência das lutas entre os aristocratas e os setores populares, que incluíam também os comerciantes e armadores enriquecidos com a agro-exportação, fez surgir em Atenas a figura do tirano, líder político que tomava o poder apoiado pelas massas. Durante o século VI a.C., outras cidades conheceram também a tirania. Os tiranos eram geralmente originários do grupo de novos proprietários de terra, porém sem origem gentílica. Foram importantes porque introduziram reformas na legislação agrária em benefício das classes populares e inovaram na arte militar. Com eles, o direito à cidadania foi ampliado, as leis deixaram de ser privilégio da aristocracia e foram publicadas.

O tirano ateniense Psístrato (560/527 a.C.) procurou regulamentar definitivamente a questão agrária, distribuindo aos camponeses as terras confiscadas aos nobres; assim, o regime de pequena propriedade impôs-se em toda a Ática. Psístrato proporcionou emprego aos artesãos e aos trabalhadores urbanos, através de um programa de construção de obras públicas como templos, estradas, fortificações e portos; forneceu também assistência financeira direta aos camponeses, sob a forma de empréstimos. Em seu governo, Atenas transformou-se no maior centro urbano do mundo helênico. Com sua morte, em 527 a.C., o poder passou às mãos de seu filho Hípias, que governou até 510 a.C., quando foi deposto por uma revolução. Terminou, assim, a época da tirania, em Atenas.

Na Grécia, as tiranias foram fases decisivas no processo de transição do poder oligárquico da nobreza para a cidade-estado clássica, do século V a.C.. Significaram o fim da dominação das pólis pelas famílias gentílicas, permitindo a evolução para a democracia.

A Democracia

Com a deposição de Hípias, último tirano de Atenas, resurgiram as lutas políticas, por um breve período. Em 508 a.C., com forte apoio popular, Clístenes assumiu o governo, estabelecendo a democracia.

Clístenes dividiu a população de Atenas em 160 demói (circunscrições administrativas), espalhadas por 30 trittias e 10 tribos (circunscrições eleitorais). Cada tribo continha três trittias: uma do litoral, uma da área urbana e outra da área rural. Assim, cada tribo era composta por grandes e pequenos proprietários, mercadores, artesãos e marinheiros, acabando por completo com o predomínio das grandes famílias gentílicas.

A reforma de Clístenes instituiu também a votação secreta para o Conselho ou Bulé. Essa teve o número de conselheiros aumentado para 500 (50 por tribo), com funções de controlar as magistraturas e preparar os projetos de lei a serem submetidos à Assembléia Popular ou Eclésia, que se transformou no órgão mais importante de Atenas.

No decorrer do século V a.C., a democracia ateniense foi sendo aperfeiçoado, através de diversas medidas que ampliaram cada vez mais os direitos dos cidadãos livres, maiores de 18 anos, filhos de pai ateniense. Camponeses e artesãos transformaram-se, assim, em cidadãos plenos, independentemente de suas posses. Entre as inovações, houve a criação dos estrategos, magistrados militares encarregados dos assuntos militares, à razão de um por tribo, e a instituição do “ostracismo” – expulsão, com cassação dos direitos políticos por dez anos, do cidadão denunciado como prejudicial à pólis, pela Assembléia Popular.

Entretanto, a democracia pressupunha a existência do escravo – mercadoria, em número cada vez maior, sendo Atenas a cidade onde a escravidão mais se expandiu. Do ponto de vista do grego, a cidadania não podia existir sem a sujeição de outros. O trabalho escravo propiciava ao cidadão o tempo livre para os serviços da pólis e para a vida intelectual, favorecendo o florescimento da civilização. Enquanto os trabalhadores livres eram mais numerosos nas atividades de subsistência, na pequena produção mercantil e no comércio varejista, os escravos predominavam na produção em larga escala, no campo e na cidade, nas minas e nos serviços domésticos. Assim, coexistiam o trabalho livre e o trabalho escravo.

Havia também escravos alugados exercendo funções de porteiros, pedagogos, cozinheiros, amas, sendo que seus donos recebiam-lhes o salário; escravos que trabalhavam pagando a seus senhores quotas fixas ou parte dos ganhos; escravos do Estado, utilizados na pavimentação de ruas, na fabricação de moedas, como guardas, etc. Os principais mercados de escravos no mundo grego eram as cidades de Bizâncio, Atenas, Éfeso, Corinto, Egina, Tanais, Quios e Delos. Por serem de origem muito diversificada, as revoltas de escravos foram muito raras. A alforria (liberdade) podia ser alcançada e o liberto era considerado da mesma categoria social que os metecos (estrangeiros residentes em Atenas). Liberdade e escravidão estiveram estreitamente ligadas no mundo helênico.

OS ESCRAVOS – “...As propriedades são uma reunião de instrumentos e o escravo é uma propriedade instrumental animada... Se cada instrumento pudesse executar por si próprio a vontade ou o pensamento do dono..., ... se (por exemplo) o arco pudesse tirar sozinho da cítara os sons desejados, os arquitetos não teriam necessidade de operários, nem os senhores teriam necessidade de escravo... Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de outrem.. O uso dos escravos e dos animais é aproximadamente o mesmo...” (ARISTÓTELES, “Política”, in:

FREITAS, G. de, op. Cit., p. 70.)

Autores: Fábio Costa Pedro e Olga M. A. Fonseca Coulon.
História: Pré-História, Antiguidade e Feudalismo, 1989